

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E AS VEREDAS DA LITERATURA

LARA SOUSA MATOS¹

Resumo

O presente ensaio tem por objetivo apresentar a literatura como campo de pesquisa possível e legítimo para a Administração Política. Assim, inicialmente foi explicitada uma concepção para a Administração Política; em seguida, os atributos da criação ficcional foram apresentados, de maneira a justificá-la como fonte de conhecimento sobre a dinâmica das relações sociais, sejam estas observadas em termos estruturais ou cotidianos. Descreveu-se o traço humanizador da literatura, suas forças e faces. Por fim, uma aproximação entre o ofertado pela literatura e as premissas elaboradas no âmbito da Administração Política.

Palavras-chaves: Administração Política; Literatura; Pesquisa.

A característica que define a boa literatura, ou arte, é a capacidade de fazer se abrir um terceiro olho em nossa testa. Que nos faça ver coisas antigas e batidas de um modo totalmente novo. Gam lemar e noshan iesh rega shel huledet, “Mesmo uma visão antiga tem um instante de nascimento”, como expressou o grande poeta israelense Nathan Alterman (Amós Oz, Como curar um fanático).

¹ Doutora e mestre em Administração pelo NPGA/UFBA, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do Estado da Bahia. Este ensaio foi originalmente escrito como capítulo da tese de doutorado defendida pela autora.

Logo de início, é preciso soar o alerta: o ensaio aqui apresentado não está inscrito no âmbito dos estudos literários. Não se encerra no campo analítico, quando a obra é vista como objeto de conhecimento, nem tampouco possui viés crítico, quando a análise da obra considera o seu valor e sucesso em sintetizar a experiência humana. Não é, por exemplo, a apreciação sobre o contexto e o autor de uma determinada obra; de forma semelhante, não é um estudo a respeito do seu maior ou menor distanciamento frente a formas estruturais ideais ou da sua importância social e histórica. Nem mesmo se propõe a apresentar a análise dos discursos ali presentes, indicando as condições de sua produção e filiações ideológicas. A razão de não enveredar por essas paragens está no reconhecimento admirado da importância desses estudos conjugada a uma incapacidade de fazê-los com um mínimo de competência.

Assim, a obra literária será exposta como campo de pesquisa associado ao escopo teórico da Administração Política, definida, por sua vez, como “a concepção de um modelo de gestão das relações sociais [produção, circulação e distribuição] que tem por objetivo garantir certo nível de bem estar, expresso nas garantias plenas da materialidade” (Santos, 2009, p. 37). Um olhar novo sobre algo tão conhecido.

A narrativa, com todos os seus elementos, surge como *lócus* da investigação, que pretende identificar as relações sociais e sua gestão, conhecer seus movimentos e manifestações explícitas ou sutis. Isso significa que a obra literária ficcional se presta à compreensão da Administração Política quando esta se lança à apreciação das macroestruturas — Santos (2009) propõe que a discussão sobre a Administração Política aconteça num contexto tridimensional: sociedade, Estado e capitalismo — e quando trata dos impactos na vida cotidiana dos sujeitos; basta tão somente escolher o livro mais adequado, lembrando que há aqueles que reúnem os dois horizontes de análise. Portanto, a apreciação não se dá frente às características internas ou externas da obra, e sim a partir dela, para nela reconhecer os traçados da Administração Política de uma dada sociedade, em certa circunstância histórica.

Diante dessa proposta, necessário se faz definir um conceito para o que se entende por literatura. Cândido (2004, p.174) traça um quadro referencial: “chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura”. Aqui, ainda segundo o

mesmo autor, a literatura é compreendida como força humanizadora, não como sistema de obras (Cândido, 2002).

É justamente esta compreensão — a literatura como força humanizadora — que responde à questão: por que a literatura? Para Cândido (2004, p. 180), a humanização é o movimento que inscreve no ser humano algumas características fundamentais: “exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor”. Nesse processo, a humanidade em cada um se desenvolve, haja vista a ampliação da compreensão sobre o mundo, a natureza e o outro.

Na mesma trilha, em possível resposta a outra questão — por que a literatura como campo de pesquisa? — diz Compagnon (2009, p. 46):

As coisas que a literatura pode procurar e ensinar são pouco numerosas mas insubstituíveis, prognosticava ainda Ítalo Calvino: a maneira de ver o próximo e a si mesmo, [...] de atribuir valor às coisas pequenas ou grandes, [...] de encontrar as proporções da vida, e o lugar do amor nela, e sua força e seu ritmo, e o lugar da morte, e a maneira de pensar e de não pensar nela. E outras coisas “necessárias e difíceis”, como “a rudeza, a piedade, a tristeza, a ironia, o humor”.

A literatura contribui, portanto, para a formação ética. Esse traço ético da literatura se baseia na afirmação de que não apenas uma teoria, composta de proposições universais, é capaz de exprimir verdades sobre o que seja a boa vida. Antes, a literatura, que promove a análise de relações sempre particulares, com olhar sensível para todos os seus detalhes (crenças, emoções, práticas), encerra “um saber insubstituível, circunstanciado e não resumível sobre a natureza humana, um saber de singularidades” (Compagnon, 2009, p. 47) capaz de efetivamente dizer sobre a boa vida. Então, não esperamos encontrar na literatura regras gerais a serem indistintamente aplicadas; a partir da exceção, ela nos fornece um conhecimento heurístico, sobretudo acerca dos comportamentos e motivações humanas (Compagnon, 2009).

Haja vista essas singularidades, breves comentários sobre os registros do imaginário, simbólico e real são úteis para que se compreenda o alcance das considerações que são trazidas à reflexão. Conforme delinea Lacan

(2007), são três dimensões que se relacionam e se enlaçam de maneira sempre única em cada sujeito: o Imaginário, o Simbólico e o Real. Dunker (2016) apresenta uma didática distinção, ora exposta. O Imaginário encerra a expectativa de entendimento, de compreensão e completude entre um e outro; aquela projeção seguida da mania de imaginar que o entendimento pessoal acerca de uma proposição é partilhado pelo outro. Trata-se de um registro psíquico presidido pelo ego (eu), que busca no Outro, por semelhança e reciprocidade, a unidade. Orienta a relação do sujeito com o seu ambiente e com a formação de seus traços comportamentais. O Simbólico, baseado na linguística de Saussure e antropologia de Lévi-Strauss, é um sistema articulado ao inconsciente; um conjunto de posições e lugares onde nenhum elemento tem uma significação em si: adquire significado a partir das relações que estabelece. Registro da linguagem por excelência. Para Lacan (1988), o inconsciente é estruturado como linguagem, quer dizer, o inconsciente lida com as formas simbólicas (parentesco, mitos, trocas econômicas, relações de gênero, etc) que se apresentam ao sujeito. O Real, por fim, não é a realidade. De outro modo, é aquilo que deve ser retirado da realidade — constituída pelo simbólico e imaginário — para que ela se apresente como uma totalidade integrada, dotada de sentido. O Real é aquilo que não tem sentido, o que não se integra, o impossível de representar. Bem traduzido pela expressão tão comum: “não há palavras que possam traduzir o que sinto”. Kehl (2011, pp. 32-3) situa a literatura nesse nó:

Até hoje não se inventou nada melhor do que as narrativas para proporcionar algum sentido para o sem sentido do real. Não é o simbólico que faz efeito de verdade sobre o real, é o imaginário. O mar de histórias, lendas, mitos, fofocas, as mil versões que correm de boca em boca, ainda que mentirosas, ainda que totalmente inventadas, promovem um pequeno descanso na loucura que é estar neste mundo sem bússola, sem instruções de voo, sem verdade, sem amparo.

A literatura está presente em todos os tempos, em todos os povos, satisfazendo a necessidade humana de fantasia, que se põe ombro a ombro com outras necessidades de sobrevivência. Seja organizada como contos, cantos, mitos, lendas, manifestações folclóricas, chistes, piadas, teatro, romances complexos, ela é criação que conforta, consola, explica, orienta e

abre canal para o contato com fabulações indispensáveis à conformação da humanidade. Não faz acepção de pessoas; nenhuma questão geracional ou de escolaridade, gênero ou etnia, é capaz de impedir a produção e gozo da literatura, organizada em diferentes modos de apresentação. Não necessariamente corrompe ou edifica, mas humaniza porque faz viver (Cândido, 2004). Sem a poesia, sem a ficção, o viver humano seria rude, seco, mecânico. Cândido (2004, p. 175) traz uma belíssima consideração a esse respeito: “a literatura é o sonho acordado das civilizações”.

Literatura como campo de pesquisa também porque “há coisas que só a literatura e seus meios específicos podem nos dar” (Calvino, 1994, p. 11). O texto literário é capaz de simbolizar e condensar múltiplos aspectos do mundo e da vida, tornando-se manancial de experiências. Forja a vida ficcional por sobre e através da vida experimentada no ser e estar no mundo; esse afastamento em verdade é um retorno e conduz a maior inteligibilidade do real concreto. Não se trata de exclusividade; não cabe tão somente à literatura fornecer material de análise ao estudo de quaisquer disciplinas, incluindo a Administração Política. O dia a dia está repleto de elementos para a consecução de trabalhos regidos pelas mais diversas concepções. Acontece que a literatura surge nesse cenário com uma variedade de tipos e situações que lhe é própria. E com características formativas que lhes são próprias também.

Outro importante aspecto está na relação estabelecida entre a literatura e a realidade. Ainda que criação, a poesia ou ficção que caracterizam a literatura não surgem no vácuo; estão inseridas em um espaço tempo. Vem à lembrança os mitos, lendas e contos que possuem por função explicar o mundo, sua origem e funcionamento, e a organização social, sua história, regras e relações estabelecidas. Também os romances, músicas e todo o amplo leque de produções literárias, que esmiúçam sentimentos e dramas humanos fundamentais. Essa paisagem deixa transparecer o óbvio: a literatura não é simples narrativa, precisa e fria nos seus termos, nem forma de ciência, com os seus rigorosos métodos de produção de um saber explicativo. Por isso, Cândido (2002, p. 83) afirma que “há uma relação curiosa entre a imaginação explicativa, que é a do cientista, e a imaginação fantástica, ou ficcional, ou poética, que é a do artista e do escritor” e questiona: “haveria pontos de contacto entre ambas?”.

Para sugerir uma aproximação, Cândido (2002) nos traz a investigação de Bachelard a respeito da formação do espírito científico. Este surgiria

do devaneio, depurado progressivamente rumo a uma postura intelectual não imaginativa. A criação poética, por seu turno, é também oriunda desse estado de divagação, e segue pelas dimensões da fantasia. O devaneio, portanto, se bifurca. Aqui, uma lembrança lírica que pode explicar esse fenômeno: “São duas flores unidas, duas rosas nascidas,/ Talvez do mesmo arrebol,/ Vivendo no mesmo galho, da mesma gota de orvalho,/ Do mesmo raio de sol” (Alves, 2004). No entanto, além de etapa inevitável ou base comum, o devaneio aparece a Bachelard como o requisito básico para a atividade espiritual. Cândido (2002, p. 83) explica:

O devaneio seria o caminho da verdadeira imaginação, que não se alimenta dos resíduos da percepção e portanto não é uma espécie de resto da realidade; mas estabelece séries autônomas coerentes, a partir dos estímulos da realidade. Uma imaginação criadora *para além*, e não uma imaginação reprodutiva *ao lado*, para falar como ele.

A imaginação literária, divagando, parte do real concreto, mas não se atém a ele, como mera reprodução ou efeito de causalidade. Existe mais aí. Como o espelho dos contos de Machado de Assis (1994), Guimarães Rosa (2005) e J. J. Veiga (1997), a realidade do mundo é metamorfoseada pela força propulsora da criação. O enlace entre o vivido e a criação poética integra ao mesmo tempo que transforma as referências ofertadas pelo sensível. Note que é uma conclusão que corrobora com a afirmação de Kehl (2011) transcrita acima: é o imaginário que faz efeito de verdade sobre o real.

Importante mencionar a contribuição de Bergson (2006) que julgava as categorias da linguagem inaptas para tratar do real com o apuro necessário; a inteligência atribuída aos conceitos, por conseguinte, não está imbuída da sutileza indispensável à distinção da vida. Eis que “a literatura, pela intuição e simpatia, sabe restituir o movimento” (Compagnon, 2009, p. 37). A arte nos mostra trechos de vida escondidos diante dos nossos olhos, cujo acesso era impossível à consciência racionalizada. E aqui reside o poder do poeta, como nos ensina Compagnon (2009, p. 38): “desvelar uma verdade que não seja transcendente mas latente, potencialmente presente, escondida fora da consciência, imanente, singular e, até aí, inexprimível”.

Barthes (2007) traz outra abordagem sobre a distinção entre as ciências e as letras. Embora incie por registrar que as fronteiras entre essas duas regiões são frequentemente apagadas e que uma oposição entre elas pode vir a ser considerada um mito histórico, ressalva que, sob a sua lente de análise, a linguagem, tal distinção ainda se faz adequada. Em que termos? O linguista francês afirma que a distinção supera as dicotomias tradicionalmente postas: não se trata de opor o real à fantasia, a objetividade contrária à subjetividade, verdade versus beleza. Trata-se, isso sim, de lugares distintos de fala, com sujeitos implicados também de forma distinta nessas duas produções linguísticas. De acordo com Barthes (2007), para certo tipo de discurso da ciência o saber é um enunciado. O enunciado é objeto de estudo da linguística e, nesse domínio, “é dado como o produto de uma ausência do enunciatador” (Barthes, 2007, p. 20). Ducrot & Todorov (1991, p. 379) o definem “como uma sequência de frases, identificada sem referência a um determinado aparecimento dessas frases”. É o discurso da ciência como técnica impessoal, fruto das certezas garantidas por métodos prescritos, a serem observados durante a busca pela verdade (propositalmente no singular).

Nas letras, ou na escritura, como o professor francês prefere chamar, o saber é uma enunciação. E aqui se instala uma diferença fundamental. Para Ducrot & Todorov (1991) a enunciação é a situação do discurso, quando e onde as frases são atualizadas e assumidas por um emissor identificado. Nas palavras de Barthes (2007, p. 20):

A enunciação, por sua vez, expondo o lugar e a energia do sujeito, quiçá sua falta (que não é sua ausência), visa o próprio real da linguagem; ela reconhece que a língua é um imenso halo de implicações, de efeitos, de repercussões, de voltas, de rodeios, de redentes; ela assume o fazer ouvir um sujeito ao mesmo tempo insistente e insinuável, desconhecido e no entanto reconhecido segundo uma inquietante familiaridade: as palavras não são mais concebidas ilusoriamente como simples instrumentos, são lançadas como projeções, explosões, vibrações, maquinarias, sabores: a escritura faz do saber uma festa.

Sendo enunciação, a literatura implica os sujeitos: o que produz e o que recebe ou acessa. Não como os termos de uma equação que, se

corretamente resolvida, alcançará necessariamente um resultado exato; mas como interpretação que cria (sim, o receptor exerce papel ativo na construção de sentido). Essa presença demasiadamente humana nas criações literárias exerce função importante na conformação do sujeito, na elaboração de sua subjetividade, nas formações do incosciente. Aquele que lê é levado a seguir junto a personagens e, por meio desse recurso, participa de experiências amplas, diversas, que termina por incorporar — negando-as ou recepcionando-as — a sua individual, particular e restrita existência no mundo. O que se lê, em sentido amplo, causa um impacto difícil de ser mensurado, seja por sua importância, seja pelos caminhos libertários, sem ordem, que os sentidos trilham em cada um.

A escritura, pois, transmite, com a sutileza necessária, a experiência dos outros; outros estes que se distanciam e diferem de nós no tempo, no espaço ou por suas condições de vida. Estas experiências são tratadas, graças ao retorno empreendido pela filosofia moral contemporânea, de acordo com Compagnon (2009, pp. 48-9), a partir da emoção e da empatia: “o texto literário me fala de mim e dos outros; provoca minha compaixão; quando leio eu me identifico com os outros e sou afetado por seu destino; suas facilidades e seus sofrimentos são momentaneamente os meus”. É no exercício da leitura, sempre aberto, sem conclusão, como experimentação dos possíveis, que é urdido o saber de si e do outro e a “descoberta não de uma personalidade fixa, mas de uma identidade obstinadamente em devenir” (Compagnon, 2009, p. 57).

A narrativa literária, por conseguinte, exprime ensina a sentir, ver, respirar e tocar incertezas, indecisões, complicações e paradoxos que estão nas ações dos sujeitos e escapam aos discursos eruditos. Este tipo de reflexão, pensamento presente na literatura, “inventa uma reflexão indissociável da ficção, visando menos a enunciar verdades que a introduzir em nossas certezas a dúvida, a ambiguidade e a interrogação” (Compagnon, 2009, p. 52). Essa veia questionadora da literatura, que nasce das emoções e da empatia e não da racionalidade conceitual das ciências, se dirige contra as ideias prontas, abala as certezas, tira do prumo o leitor perplexo; na expressão de Kundera, “o romance “rasga a cortina” das ideias feitas, da *doxa* ou do *pronto*” (Compagnon, 2009, p. 50).

Pela sua onipresença mutante, em resposta à necessidade humana de ficção, poesia, fantasia, e pela sua força humanizadora, pode-se justificar a escolha da literatura como fonte de pesquisa. Por meio do conhecimento

acerca das funções que exerce e características que possui essa justificação pode ser ainda fortalecida. É o que se verá a seguir.

As forças e faces da literatura

A literatura possui poderes, como propõe Compagnon (2009). São quatro e correspondem a filiações distintas: a) a perspectiva clássica atribui à literatura a função de instruir deleitando, de ensinar, formar cívica, moral e sentimentalmente os leitores, ao mesmo tempo em que é fonte de prazer; b) a perspectiva romântica, além de defender a reunificação da experiência, toma a literatura como um remédio capaz de libertar o sujeito do domínio da autoridade, sendo, portanto, sempre de oposição, contra qualquer submissão ao poder; c) para a perspectiva moderna, a literatura corrige os defeitos da linguagem e se alça à condição de Filosofia; d) a perspectiva pós-moderna, por sua vez, liberta a literatura da companhia dos poderosos e de todos os engajamentos anteriores, fazendo a escolha radical por situá-la fora do poder ao tempo em que afirma sua neutralidade.

Possui também forças e faces; a elucidação dessas dimensões será importante para uma aproximação mais sistematizada, considerando a natureza complexa de que é dotada a literatura. As forças são indicadas por Barthes (2007) e descritas a partir de três conceitos gregos: *Mimesis*, *Mathesis*, *Semiosis*. As faces, também em tríade, são delimitadas por Cândido (2004, p. 176): “(1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão [...]; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente”. Pela importância dessas duas abordagens, será tentada uma síntese entre elas.

Literatura como construção

Este aspecto não parece salutar à primeira vista. No entanto, entender a literatura como construção remete ao princípio organizador das ideias, dos sentimentos, da visão de mundo. Tendo disponível infinitas possibilidades, o autor escolhe, seleciona, de forma mais ou menos consciente, uma forma para a apresentação do texto, as palavras que serão utilizadas, as sequências dos acontecimentos e fenômenos, as descrições de lugares e

personagens, etc. A construção permite ordenar o caos e abrir as veredas do conhecimento e da experimentação. Como o vazio precisa de limites para que sejam criados espaços (o aro que faz o anel, as paredes que dão forma à casa), a subjetividade, o devaneio de Bachelard, precisa passar pelo processo de construção para existir como ficção ou poesia. Cândido (2004, p. 177) afirma que “de fato, quando elaboram uma estrutura, o poeta ou o narrador nos propõem um modelo de coerência, gerado pela força da palavra organizada”. Sendo assim,

O caos originário, isto é, o material bruto a partir do qual o produtor escolheu uma forma, se torna ordem; por isso o meu caos interior também se ordena e a mensagem pode atuar. Toda obra literária pressupõe esta superação do caos determinada por um arranjo especial das palavras e fazendo uma proposta de sentido (Cândido, 2004, p. 178).

A obra literária, então, funciona como uma espécie de estratégia para que os leitores também organizem os seus sentimentos, percepções, ideias e ideais. O explícito, isto é, o conteúdo surge por meio de uma forma construída, e esta elaboração impregna a compreensão de forma subliminar, porém inescapável pois dotada de significado. Portanto, a força humanizadora da literatura atua “por meio de conhecimento oriundo da expressão submetida a uma ordem redentora da confusão” (Cândido, 2004, p.180).

Literatura como forma de expressão e representação

A literatura, como construção, organiza emoções, percepções, crenças, visões de mundo. Por via poética ou ficcional, o autor lança ao Outro paisagens do seu universo particular, conferindo feição aos seus pensamentos e sentimentos. A obra literária, portanto, é uma forma de expressão. A expressão, contudo, não se situa no vácuo; está necessariamente implicada no sensível da vida e se serve de estímulos da realidade como imaginação criadora *para além* dela, como já dito acima (Cândido, 2002). Destarte, a literatura expressa — trajetória de construção do sujeito autor para o Outro — ao tempo em que representa — trabalho artesanal, a partir de elementos vividos, percebidos, experimentados.

De acordo com Barthes (2007), essa segunda dimensão é a *mimesis*. Tal termo grego pode ser definido como “imitação, ação de imitar, representação, ação de reproduzir, de figurar” (Chauí, 2002, p. 506). Portanto, aqui se configura a força de representação da literatura, presente em todas as suas versões. Pois bem, Barthes (2007) questiona o que se pretende tão insistentemente representar e responde: o Real. No entanto, como descrito acima, o Real escapa ao Imaginário e ao Simbólico, fugindo de qualquer possibilidade de representação; situa-se fora do discurso. Outro argumento, de caráter topológico, pode ser elencado: a impossibilidade de se coincidir a ordem pluridimensional do real à ordem unidimensional da linguagem (Barthes, 2007).

A literatura não se quer se render a essa impossibilidade topológica e não admite a incapacidade da linguagem em trazer o Real ao registro Simbólico. É justamente a busca por esse horizonte inalcançável que impulsiona a criação literária; é o incessante do esforço literário. Barthes (2007, p. 22) afirma:

Poderíamos imaginar uma história da literatura, ou, melhor, das produções de linguagem, que seria a história dos *expedientes* verbais, muitas vezes louquíssimos, que os homens usaram para reduzir, aprisionar, negar, ou pelo contrário assumir o que é *sempre* um delírio, isto é, a inadequação fundamental da linguagem ao real.

Literatura como conhecimento

A literatura possui como função o conhecimento? Como obra autônoma, dotada de estrutura própria e inserida em um dado contexto, seu alcance é limitado ou, ao contrário, lhe é permitido dizer algo sobre o mundo e a vida?

A resposta afirmativa é levada às últimas consequências por algumas correntes estéticas, inclusive marxistas, que defendem ser o conhecimento o atributo essencial da literatura. Ser uma forma de expressão e representação ou uma construção semiológica fica em segundo plano. Não se precisa ir tão longe: as funções e forças da literatura devem coexistir e é o entrelaçamento entre elas que produz o impacto da produção literária. Sendo dessa maneira, admite-se que, a um só tempo, a obra ficcional ou poética traz em si “sugestões da personalidade e do mundo que possui

autonomia de significado; mas que esta autonomia não a desliga das suas fontes de inspiração no real, nem anula a sua capacidade de atuar sobre ele” (Cândido, 2002, p. 86).

Sobre a natureza do conhecimento engendrado a partir da indissolubilidade do par constituído pela forma e pelo conteúdo, Cândido (2002) menciona duas frentes:

a) o conhecimento pode ser aprendido consciente, planejado pelo autor que intencionalmente aborda determinadas crenças, opiniões, ideologias. Nesse quadro, Cândido (2004, p. 186) destaca que “a literatura pode ser o instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar a situação ações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual”;

b) o conhecimento pode ser assimilado pelo inconsciente, quando atua na formação do sujeito, organizando emoções e conformando o laço singular que une o imaginário, o simbólico e o real.

Para Barthes (2007) o conhecimento é mais uma força da literatura. Engloba-o sob o termo grego *mathesis*, em um sentido próximo àquele empregado por René Descartes (1596-1560): “o bom método é aquele que permite conhecer verdadeiramente o maior número de coisas com o menor número de regras” (Chauí, 1996, p. 77). Nesse horizonte, a criação literária desenvolve o conhecimento sobre várias coisas. O linguista francês cita como exemplo o romance *Robinson Crusóe* que reúne história, geografia, botânica, antropologia. Os romances de Machado de Assis seguem essa vereda, articulando diversos saberes, o que explica como Roberto Schwarz (2008) lançou um olhar de profunda compreensão acerca do Brasil a partir de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Um pequeno trecho do movimento dessa elaboração:

Ao transpor para o estilo as relações sociais que observava, ou seja, ao interiorizar o país e o tempo, Machado compunha uma expressão da sociedade real, sociedade horrendamente dividida, em situação muito particular, em parte inconfessável, nos antípodas da pátria romântica. O “homem do seu tempo e do seu país”, deixava de ser um ideal e fazia figura de problema (Schwarz, 2008, p.9).

Por essas e outras, Barthes (2007, p. 17) defende que “se, por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas

devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que devia ser salva”, posto que condensa as demais. Mesmo considerando sua aptidão enciclopédica, a literatura não cristaliza posições científicas; ela discorre sobre os saberes sem tratá-los diretamente, sem fazer uso do discurso da autoridade. O lugar indireto que designa ao saber é o espaço de criatividade e experimentação que confere ao texto literário condição de trânsito entre o possível, o comprovado, o que se supõe, o imaginado, estando sempre nos interstícios da ciência (Barthes, 2007).

Elaborando sobre a vida e suas sutilezas, a literatura, de outra parte, constela saberes mutáveis, nunca completos ou definitivos. Ela não defende enunciados de certeza; trama os saberes, flertando com eles, pondo-os em movimento. Barthes (2007, p. 19) “a literatura engrena o saber no rolamento da reflexividade infinita: através da escritura, o saber reflete incessantemente sobre o saber, segundo um discurso que não é mais epistemológico mas dramático”.

Ainda no campo da literatura como conhecimento, uma reflexão sobre seu papel educacional parece importante. Pela função formadora do sujeito que desempenha, atuando muitas vezes de maneira subliminar fora de uma sequência causal lógica e previsível, de imediato percebe-se que a literatura não está submetida aos ditames pedagógicos convencionais. Não é ferramenta obediente às normas, que por sua vez transmitem os interesses e a visão de mundo das classes dominantes. Propondo uma analogia, a literatura é como o real, escapando ao simbólico. Humaniza profundamente justo porque “age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, — com altos e baixos, luzes e sombras” (Cândido, 2002, p. 84). Eis então encetado o paradoxo que a literatura promove entre moralistas e educadores: sua força humanizadora, por um lado, e o imponderável dos sentidos, por outro. Na história, por isso, obras literárias são queimadas ou proibidas, pois pervertidas ou subversivas, ou com muito esforço, e certa violência simbólica, acomodadas como manuais de comportamento virtuoso.

Literatura como semiótica

A terceira força da literatura, segundo Barthes (2007), é definida sob o termo *semiosis*. A semiótica é o estudo dos signos e da produção de sentido, ou seja, da significação. Como explica Abbagnano (2007), o signo,

genericamente, é algo que está por outra coisa para alguém; em sentido próprio e restrito, o signo deve ser compreendido como a possibilidade de referência ou designação por um objeto, coisa ou acontecimento *presente* de um objeto, coisa ou acontecimento *não-presente*. Na vida em sociedade, ocorre a internalização dos elementos que compõem a cultura; tal tecido de significação é construído e partilhado através dos signos. Ensina Matos (2000, p. 163):

De fato, não fugiu a John Locke que “... foi necessário ao homem desvendar certos sinais sensíveis externos, por meio dos quais estas ideias invisíveis, das quais seus pensamentos são formados, pudessem ser conhecidas dos outros...” (Locke citado por Epstein, 1991:18). Assim, diante de um desencontro marcado dos sentidos que não se coletivizam, remarcamos indefinidamente o encontro dos sentidos através dos significados (sinais sensíveis) que se coletivizam. [...] As referências de designação (significados) compartilhadas culturalmente tocam apenas em alguma medida (sob algum aspecto ou qualidade, para falar dos ícones e dos símbolos em Peirce) o sentido próprio e único de cada sujeito de quem são a interface sensível, compartilhada.

Como força semiótica, portanto, a literatura brinca com os signos e compartilha as significações, atuando coletivamente e particularmente junto a cada sujeito. Nesse campo, os signos são linguísticos e a brincadeira é por Barthes (2007) descrita como o uso desobediente da língua: apenas a literatura, ao trapacear com a língua, é capaz de salvá-la do poder e da servidão. Afirma Barthes: “essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder [...], eu a chamo, quanto a mim: *literatura*” (2007, p.16). A literatura é a instância de liberdade para a língua. E continua: “é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo das palavras que ela é o teatro” (Barthes, 2007, p. 17). A literatura, assim, dramatiza a linguagem apresentando uma encenação.

Essa função, Barthes (2007) a designa como utópica, definindo a modernidade como o tempo quando são concebidas *utopias de linguagem*. A partir de então, não basta a “história da literatura” esmiuçar escolas, gêneros; é imperioso marcar o profetismo da escritura: “Mudar a

língua”, expressão mallarmeana, é concomitante com “Mudar o mundo”, expressão marxiana” (Barthes, 2007, p. 23). Segue-se, por conseguinte, uma ética da linguagem literária, que busca o pluralismo de expressões, abarcando dentro do mesmo idioma línguas diversas (Saramago já dizia: não há uma língua portuguesa; há línguas em português), com funções e alcances diversos, “promovidas à igualdade [...] *segundo a verdade do desejo*” (Barthes, 2007, p. 24).

Com o intuito de realizar a encenação da linguagem e garantir o seu uso múltiplo e libertário, o escritor — sujeito de uma prática — precisa, conforme preconiza Barthes (2007), teimar e deslocar-se. Ao *teimar*, afirma o irredutível da literatura; aquilo que escapa, foge e resiste aos demais discursos tipificados, como aqueles enunciados pelas filosofias e ciências. De maneira poética, como não poderia deixar de ser, Barthes (2007, p. 26) dispõe que “teimar quer dizer, em suma, manter ao revés e contra tudo a força de uma deriva e de uma espera”. Teimando, a escritura se desloca, fugindo ao apetite voraz do poder que de tudo se apossa e manipula. Teimar e deslocar-se, dessa forma, são lances de um jogo. E assim se conforma a força da *semiosis* literária, que “consiste em *jogar* com os signos em vez de destruí-los, em colocá-los numa maquinaria de linguagem cujos breques e travas de segurança arrebentaram, em suma, em instituir no próprio seio da linguagem servil uma verdadeira heteronímia das coisas” (Barthes, 2007, pp. 26-7). A literatura é libertária.

A Administração Política em diálogo com a literatura

Lançando nossa atenção à força humanizadora da literatura e as suas forças e faces, é possível conceber pontes de aproximação e diálogo com algumas premissas traçadas no âmbito da Administração Política. Sem a intenção de encerrar possibilidades, vejamos:

:: A desconstrução do surrado jargão da Economia que coloca que o grande paradoxo econômico é o encontro de um equilíbrio entre os recursos “escassos” e as “necessidades ilimitadas”.

Muito a literatura tem a contribuir com essa desconstrução, pois irá tocar sempre no cerne do que são as necessidades — objetiva, subjetiva e culturalmente consideradas — para o bem viver. Sobre os recursos

escassos, de imediato fica explícito que o que de fato se enfrenta na batalha cotidiana pela vida é uma Administração Política atravessada por interesses particulares que se sobrepõem às garantias para uma vida digna, que deveriam estar voltadas para toda população.

:: A desconstrução da exagerada e “deslumbrada” afeição pelo conhecimento forâneo.

A elaboração ficcional é um belíssimo exemplo de fonte legítima para o conhecimento do ser e estar no mundo daquele que escreve, daqueles sobre quem se escreve. Por conseguinte, ainda que siga regras ou técnicas mais ou menos universais para formulação de enunciados, há de ser enunciação; revela uma apreciação que escapa ao poder forâneo. É um aparição decolonial.

:: O pensar e o agir são práticas que devem caminhar simultaneamente.

Entre o rol de personagens que circulam pelas obras literárias e as suas circunstâncias de vida — vida real concreta, afetiva, emocional — o pensar e agir são unidos como momentos de um mesmo contínuo. Em que pese por vezes ser possível separar um e outro no tempo da ação, não é possível desembaraçá-los em sede de concepção.

:: A temporalidade não pode ser tomada pelo mandato (político).

O lidar com o tempo é uma das grandes lições que as diferentes literaturas podem nos ensinar. Os seus horizontes tornam ínfimas as tentativas de esquadrihar a temporalidade em mandatos e coisas do gênero, ainda que seja necessário fazê-lo para organizar as atividades político-administrativas. Há um fluxo mais complexo que a Administração Política pretende considerar. Mesmo quando se situa, o tempo na literatura possui uma intensidade que não cabe em datas, como fica evidente nas palavras de Carlos Drummond de Andrade (2012): “O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente”. Talvez possamos dizer que o tempo se manifesta em acontecimentos, mais que em marcos gerenciais.

:: A avaliação (das políticas, planos e ações) não pode ser feita pela meta, mas pelas finalidades.

A literatura trata de matéria viva. Em seu mundo ficcional, a avaliação por metas não cabe. Por exemplo: é possível se aproximar do fenômeno da seca, da fome, da ausência de moradia; é possível também se aproximar de realidades opulentas, ou mesmo da saída de condições precárias. Contudo, na vida das pessoas é a própria condição de vida que se impõe, e não quantas cisternas foram construídas (por mais importante que seja, e é, a construção de cisternas; esta é uma informação gerencial relevante, porém não se adequa à avaliação). É mesmo estranho que se pense em enxergar dessa forma o agir estatal, quando a pujança do ser e estar no mundo extrapola tal entendimento.

Referências

- ANDRADE, C. D. *Sentimento do Mundo*. 1.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ASSIS, M. O Espelho: esboço de uma nova teoria sobre a alma humana. In: *Obra Completa*, vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- BARTHES, R. *Aula 13*. 13.^a ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
- CALVINO, I. *Por que ler os clássicos*. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004
- CÂNDIDO, A. A literatura e a formação do homem. In: *Textos de intervenção*. 34.^a ed. São Paulo: Duas Cidades, 2002
- CÂNDIDO, A. *Vários Escritos*. 44.^a edição. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas Cidades, Ouro sobre Azul, 2004.
- CHALHOUB, S.; NEVES, M. & PEREIRA, L. A. M. *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005.
- CHAUÍ, M. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos à Aristóteles*. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- COMPAGNON, A. *Literatura para quê?* Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- KEHL, M. R. *18 crônicas e mais algumas*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LACAN, J. *O Seminário: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Livro 11. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

- LACAN, J. *O Seminário: o sintoma livro 23*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- MATOS, J. *Implicações Pedagógicas de uma Descrição Semiótica do Desenvolvimento Cognitivo a partir de L.S Vygotsky e C.S Peice*. Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.
- ROSA, J. G. O espelho. In: *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- SANTOS, R. S. Em busca da apresentação de um conceito para a Administração Política. In: SANTOS, R. S. (org.). *A Administração Política como Campo do Conhecimento*. 2.^a ed. Salvador: FEAUFBA; São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009, pp. 23-61.
- SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 2.^a ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.
- TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, 2014.
- VEIGA, J. J. *Objetos Turbulentos: contos para ler à luz do dia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1997.